

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO: ESTUDO DE CASO COM CONDUTORES DE TURISMO E TURISTAS NA REGIÃO DO JALAPÃO/TO

Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna [1]

Lúcio Flavo Marini Adorno [2]

Hilda Gomes Dutra Magalhães [3]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Introdução

Com uma sociedade cada vez mais em crise, inicia-se um processo de retorno ao contato com a natureza, havendo, desta forma, um ‘reencantamento’ e uma ‘ressignificação’ do meio ambiente natural (IRVING; AZEVEDO, 2002).

Levando isto em consideração, faz-se necessário analisar o ambiente percebido e as práticas no ambiente vivido, pois é da experiência significativa que o sujeito obtém informação sobre o ambiente em que vive, que lhe atribui valores, revela comportamentos, expressa julgamentos e expectativas. Castello (2005) acredita que a percepção da importância desse ambiente, a percepção da finitude de seus recursos, pode educar, ensinar estratégias que ajudem a conservação de determinados valores presentes no ambiente, além de indicar caminhos que permitam fazer evoluir o desenvolvimento desse ambiente sem destruí-lo.

Baseado nesta idéia, o presente estudo buscou o entendimento da percepção ambiental dos guias/condutores de turismo e do turista, como sendo um dos caminhos para promover o desenvolvimento sustentável na região de Parque Estadual do Jalapão (PEJ). Localizado a aproximadamente 350 km quilômetros de Palmas (TO), o Parque Estadual do Jalapão (tendo como referência o município de Ponte Alta do Tocantins), possui uma área de 158.885 hectares (SEPLAN, 2003).

Teve como principal objetivo a investigação da percepção ambiental dos guias/condutores de turismo que atuam no PEJ e dos turistas que freqüentam a região, buscando caracterizar alguns aspectos do perfil sócio-cultural dos guias e condutores de turismo que atuam no município pertencente ao PEJ e municípios do entorno, bem como, identificar as concepções dos guias/condutores de turismo e dos turistas do PEJ sobre meio ambiente, a percepção de impacto ambiental, a realização de atividades de educação ambiental e aspectos ligados ao uso do parque.

Metodologia

A metodologia do trabalho de campo do presente estudo se dividiu em três etapas baseadas nas propostas de: Palma (2004), que realizou estudo observacional dos turistas do Parque Farroupilha, Porto Alegre/RS; Fiori (2006) que investigou um grupo de docentes do ensino fundamental de localidades circunvizinhas à Estação Ecológica de Jataí, Luís Antônio/SP; e Pinheiro (2004) que estudou a percepção ambiental do turista que visita o Parque Estadual de Guartelá, Tibagi/PR. Todos os estudos foram readequados à realidade do Parque Estadual do Jalapão.

A área avaliada foi limitada de acordo com a área de atuação dos guias e condutores turísticos, abrangendo o município do Parque Estadual do Jalapão, Mateiros e seu entorno: São Félix e Ponte Alta do Tocantins.

Para a primeira etapa, a pesquisadora realizou uma visita a campo, onde pode observar a atuação dos guias e condutores de turismo que trabalham nos atrativos do Parque Estadual do Jalapão. Nesta fase, a pesquisadora se integrou anonimamente a grupos turísticos, observando o comportamento tanto dos guias/condutores como dos turistas. Foram realizadas duas saídas programadas: uma em janeiro/2007 com uma operadora local, que realiza pacotes para pequenos grupos, e outra saída em fevereiro/2007, com uma operadora de maior porte, que realiza saídas com grupos maiores.

Foi desenvolvida ainda, pesquisa exploratória através de questionários com questões fechadas (sendo apresentado um conjunto de alternativas em que o respondente escolheu o que representa o seu ponto de vista ou situação) e perguntas abertas (quando o entrevistado pode expressar livremente seu pensamento) que foram aplicadas em um primeiro momento com os turistas que visitam a região e, num segundo momento, com guias e condutores de turismo que atuam no Jalapão.

Desta forma, nesta fase foram realizadas 107 entrevistas nos meses de junho, julho e agosto/2007 com turistas que visitaram a Cachoeira do Formiga, um dos atrativos do parque. A amostra para esta pesquisa foi baseada nos estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Estratégicos de Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável (NEATUS) da Universidade Federal do Tocantins, em parceria com a Fundação O Boticário que investigou o perfil do turista que visita o Jalapão. No estudo do NEATUS foram entrevistados 180 turistas durante o período de fevereiro de 2006 a abril de 2007.

Para esta etapa, investigou-se o perfil do entrevistado, sua representação de meio ambiente, a orientação recebida ou não sobre educação ambiental, sobre suas percepções dos impactos ambientais e o conhecimento específico do parque.

Quanto à representação de meio ambiente, a metodologia foi baseada no estudo de Fiori (2006). Neste estudo foram apresentadas seis classificações

desenvolvidas por Sauvé *et al.* (2000 *apud* FIORI, 2006) e modificadas por Sato (2001), em que o entrevistador analisava as respostas dos entrevistados pelas palavras-chave e os classificava de acordo com Sauvé *et al.* (2000 *apud* FIORI, 2006). Para o presente estudo foram incluídas fotos da própria região do Jalapão a cada uma das classifica es de Sauvé *et al.*, conforme pode ser observado nas figuras a seguir, como forma de facilitar a escolha do entrevistado.



Figura 1: Primeira classifica o de Sauvé. Fonte: FIORI (2006)
Foto de Senna, A., Julho/2005



Figura 2: Segunda classifica o de Sauvé. Fonte: FIORI (2006)
Foto de Senna, M, Setembro/2006



Figura 3: Terceira classifica o de Sauvé. Fonte: FIORI (2006)
Foto de Senna, M, Outubro/2006



Figura 4: Quarta classifica o de Sauvé. Fonte: FIORI (2006)
Foto de Senna, A., Julho/2005



Figura 5: Quinta classifica o de Sauvé. Fonte: FIORI (2006)
Foto de Senna, A., Julho/2005



Figura 6: Sexta classifica o de Sauvé. Fonte: FIORI (2006)
Foto de Senna, M., Setembro/2006

A amostra de guias e condutores foi definida, sendo entrevistados 23 guias ou condutores de turismo que atuam no PEJ. As entrevistas com os guias e condutores de turismo foram realizadas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2007, nas próprias cidades onde vivem os profissionais.

Na primeira etapa, foram analisados alguns aspectos do perfil sócio-cultural dos profissionais, a representa o de meio ambiente, esta também seguindo a classifica o de Sauvé *et al* (2000 *apud* FIORI 2006) e adaptada por Sato (2001), a análise da prática de educa o ambiental nos roteiros e a percep o de impactos ambientais. Além disso, também foi analisada a percep o dos profissionais quanto ao que há de melhor e pior para se atuar no PEJ e sua impressão quanto   desapropria o dos atrativos do PEJ.

Em um segundo momento, lhes foi apresentado um conjunto de fotos, divididas em quatro blocos temáticos, com legendas apenas dos nomes dos atrativos para que deixasse o respondente livre em suas análises sobre cada foto. Os blocos temáticos foram assim divididos:

- 1 – Representação das paisagens do Jalapão;
- 2 – Percepção sobre impactos ambientais;
- 3 – Percepção quanto a paisagens naturais e paisagens construídas;
- 4 – Percepção quanto à operação turística no PEJ.

Paisagem, turismo e percepção ambiental

As raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre, iniciando-se com os visitantes que chegaram em massa para visitar os Parques Nacionais de Yellowstone em 1872 e Yosemite em 1862 nos Estados Unidos ou ainda com os safáris na África no início do século passado (LINDBERG; HAWKINS, 1999). Mas, ecoturismo hoje, é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. Seria uma amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social, não se restringindo a uma pequena elite de amantes da natureza.

Lindberg e Hawkins (1999) identificaram quatro tipos básicos de turistas que preferem destinos com atrações naturais: *grupos especiais* – caracterizado por pesquisadores ou pessoas que viajam com finalidades educativas; *dedicados* – que são pessoas que viajam especialmente para ver áreas protegidas com o objetivo de conhecer a história natural e cultural local; *comuns* – pessoas que visitam em busca do inusitado; e, *casuais* – contatos com a natureza por acaso durante uma viagem ampliada.

Para alguns autores, há uma diferença conceitual sobre ecoturismo. Machado (2005) faz uma leitura interessante sobre os tipos de turismo que envolvem atividades naturais, que denomina, modalidade de turismo sustentável, sendo destacados aqui dois tipos: *turismo de natureza* e *turismo ambiental*.

O primeiro se refere ao tipo de turismo que decorre da visitação pura e simples do espaço natural, não havendo comprometimento por parte do turista, mas apenas o desejo de contato direto com o ambiente. Para o autor, esta prática é equivocadamente chamada de ecoturismo, pois para ele, não há o desenvolvimento do processo de ordenação do turismo, tais como: a participação da comunidade local, o mínimo impacto na utilização do ambiente e o envolvimento na rede de conservação.

Machado (2005) define turismo ambiental como sendo a atividade que está sempre atenta a relação *causa-efeito-solução*. Desta forma, para ele, seria a prática cujo principal ingrediente é a possibilidade de educação ambiental e de relações diretas com o espaço visitado, através de cuidado e conhecimento dos processos naturais.

Machado (2005) propõe que o ecoturismo deverá: ocorrer em uma área natural; partir de uma organização participativa, que leva em conta o envolvimento da comunidade local utilizando-se como agente complementar as ações do projeto de ecoturismo; utilizar o espaço natural com a preocupação de gerar impactos reduzidos, através de zoneamento adequado; desenvolver a preocupação com o espaço natural, mas principalmente respeitando a cultura local, servindo esta como aliada na manutenção do produto ofertado; se inserir em uma rede de ações atenta às questões ecológicas locais de forma, quando julgar conveniente, poder aplicar localmente novas idéias; possibilitar experiências ecológicas enriquecedoras ao visitante.

Lindberg e Hawkins (1999) acreditam que as diretrizes ecoturísticas devem ser elaboradas pelas associações de classe. O seu papel deve ser o de melhorar os serviços e proteger o meio ambiente, garantindo a qualidade de vida e trabalho na região.

Dentro deste contexto, para atender a crescente demanda ecoturística, surgem novas categorias profissionais, como: os guias e condutores ou monitores ambientais. Eles servem de elo entre o ecoturista e o patrimônio natural e cultural da região (MORAES, 2000).

Os guias de turismo são profissionais, devidamente cadastrados pela Embratur (leia-se Ministério do Turismo), reconhecidos pela Lei n. 8.623, de 28 de janeiro de 1993, cujas principais atribuições seriam acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, em excursões dentro do território nacional ou no exterior desde que sejam organizados no Brasil.

Já o monitor ou condutor ambiental não é uma profissão legalizada, acarretando com isto uma indefinição de suas atribuições. Quando cadastrados nas agências oficiais de turismo dos estados, atuam nas unidades de conservação e, por sua origem estar relacionada com o envolvimento da comunidade local no processo de turismo, geralmente os cursos para estes profissionais são financiados por organizações não-governamentais e/ou por próprias iniciativas das instituições públicas. Pela similaridade entre a profissão dos guias e dos monitores/condutores de turismo pode haver, em alguns casos, conflitos entre estes dois profissionais. A diferença fundamental entre eles é que o monitor está apto para trabalhar apenas nas unidades de conservação, enquanto as atribuições dos guias são mais amplas. (FRANCO *et al*, 2007).

De acordo com Rougerie em seu trabalho *Geographie des Paysages apud* Conti (2003), considera que na medida em que seu objetivo é localizar os fatos, explicar as diferenças entre espaço terrestre e comparar os grandes conjuntos, a Geografia é o estudo da paisagem.

Santos *apud* Conti (2003), destaca que os elementos naturais podem ser transformados em recursos sociais, os quais vão se sucedendo, sendo que a paisagem é formada por fatos do passado e do presente.

Para Sales e Assis (2006) há uma intensa relação entre turismo e espaço, uma vez que o primeiro apropria-se do segundo, para que sejam atendidas as suas exigências. Os autores salientam que o turismo é um importante modificador do espaço, e que para que estas transformações sejam benéficas, as diferentes esferas da educação devem discutir o tema.

A problemática das questões ambientais tem conduzido a procura incessante de novas formas de se buscar uma relação harmoniosa entre homem e meio ambiente. E é neste panorama que a educação ambiental tem assumido um papel essencial na sensibilização da sociedade com relação aos conflitos entre homens e natureza. Entretanto, a atividade de educação ambiental deve ser pautada na realidade do grupo observado, exigindo abordagens pedagógicas globalizantes, sistêmicas e interdisciplinares (CORREIA; OLIVEIRA; MARIN, 2006).

Em sua obra "*Fenomenologia da Percepção*", Merleau-Ponty (2006) afirma que tudo aquilo que se sabe do mundo, mesmo por intermédio da ciência, sabe-se a partir de visão ou experiência do mundo de outrem, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. O conhecimento espacial adquirido pelos homens, consiste, sobretudo, em imagens mentais, construídas na trajetória em sua vivência a partir de sua percepção.

E para frisar esta influência empírica, Oliveira (1996) cita Piaget, explicando a percepção e sua correlação com a ação humana, e afirmando que em todos os níveis de desenvolvimento, as informações fornecidas pela percepção, e também pela imagem mental, servem de material para a ação ou para a operação mental. Da mesma forma, estas atividades mentais exercem influência direta ou indireta sobre a percepção, enriquecendo-a e orientando seu funcionamento à medida que se processa o desenvolvimento mental.

A percepção, então, seria o processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos e cognitivos. Os primeiros são captados pelos estímulos externos através dos cinco sentidos humanos. Os segundos, por sua vez, são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência por considerar que a mente humana não funciona exclusivamente a partir dos sentidos. Del Rio (1999, p. 3) afirma que "*Esses mecanismos cognitivos incluem motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas*". Desta forma, existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo que vão desde a motivação até a decisão e conduta.

Tuan (1983) destaca que a percepção visual é uma das maneiras pela qual a pessoa conhece e constrói a realidade. Para ele, a experiência abrange as diferentes maneiras de conhecer e construir a realidade, maneiras estas que variam desde os sentidos mais diretos e passivos como olfato ou paladar, até a percepção visual ativa.

Musa (2005), fundamentada em Tuan, afirma que a percepção é seletiva, antecipadora e exploratória, além de estar associada à atitude do ser humano, uma vez que as pessoas escutam, enxergam, sentem, estimulam os sentidos, mas somente percebem aquilo que a mente seleciona de acordo com a atribuição de significados. Cita-se Tuan (1980, p. 285) para reafirmar a idéia da autora: “o grupo, expressando e reforçando os padrões culturais da sociedade, afeta fortemente a percepção, a atitude e o valor que seus membros atribuem ao meio ambiente”.

Buscando uma conceituação do tema, percepção seria a resposta dos sentidos aos estímulos externos na qual certos fenômenos são registrados, ao passo que outros são ignorados. Para propiciar algumas satisfações, muito do que o ser humano percebe estão enraizadas na cultura. A atitude, por sua vez, que possui maior estabilidade do que a percepção é formada por uma sucessão de percepções e seria uma posição que se toma frente ao mundo. A visão de mundo é parcialmente pessoal e em grande parte social, representando um conjunto de crenças (TUAN, 1980). Desta forma, Tuan afirma que cada um percebe aquilo que lhe interessa, de acordo com o contexto sócio-cultural, logo, a cultura afeta a percepção ambiental.

Velho (1987) *apud* Souza (2006) destaca que a familiaridade não seria necessariamente equivalente a um conhecimento verdadeiro. Ela apenas pode contribuir com leituras consideravelmente válidas sobre determinados grupos sociais. Ainda sobre a atribuição de valor da paisagem pelo homem, Bley (1996) *apud* Pinheiro (2004, p. 44) afirma que “o belo está no homem e ocorre quando a imaginação se harmoniza com o entendimento”. Logo, o valor atribuído está intrinsecamente ligado à apreciação humana e artística. Assim sendo, como analisar as percepções ambientais de diferentes atores em um determinado contexto?

No presente trabalho buscou-se uma análise conceitual de alguns termos que permeiam o estudo da percepção ambiental, tais como: percepção, representação e interpretação ambiental.

Para Morin (1999) *apud* Antonio e Guimarães (2007, p. 927), as formas de representação são simbólicas e se encontram atreladas pelos processos de percepção e interpretação ambiental. Os autores consideram que as vivências ambientais se constituem em processos que se iniciam “nos estímulos dos receptores sensoriais, codificando, organizando, transformando, organizando, traduzindo, ressignificando”. Este processo é *seletivo*, porque parte dos dados sensoriais é eliminada; *aditivo*, pois as informações são completadas a partir da inteligência e da memória; e, ao mesmo tempo, *corretivo*, pois o cérebro pode modificar o que é recebido, dando uma tradução simbólica. Ao final deste ciclo da percepção teremos a representação.

Conforme Matarazi (2006), a interpretação ambiental seria um experimento educativo transdisciplinar com objetivos educacionais, conservacionistas e terapêuticos. Para o autor, partindo do campo da educação ambiental comunitária

o experimento busca promover uma reaproximação dos participantes com o meio ambiente nos aspectos naturais, sociais, culturais e históricos, estimulando uma reflexão crítica do indivíduo para com o lugar. Sendo realizado por meio de vivências em grupo em que os indivíduos têm contato com diferentes situações de olhos vendados e descalças, exercendo o tato, paladar, olfato e audição.

A interpretação ambiental ainda pode ser entendida como uma atividade educativa que possui como finalidade revelar significados e inter-relações no ambiente por meio de um contato direto com o recurso natural ao invés de apenas uma comunicação literal (TILDEN, 1977 *apud* SILVA *et al*, 2006). Logo, é flexível e moldável às mais diversas atividades, dentre as quais se pode citar a atividade turística desenvolvida em ambientes naturais (HANAI; SILVA-NETO, 2006). Vasconcelos (2003) afirma que quando bem planejada, a interpretação ambiental pode auxiliar o manejo das unidades de conservação.

A partir de toda esta abordagem fenomenológica, crê-se na importância em se compreender como o homem percebe o seu meio, uma vez considerada sua constante intervenção. O estudo da percepção e representação ambiental auxilia a compreensão desta relação, podendo conduzir a práticas educacionais efetivas direcionadas ao agente humano.

Como foi visto, o caminho natural para se trabalhar o ecoturismo seria em espaços naturais. Nogué (2002), *apud* Pinheiro (2004), apresenta quatro componentes biofísicos da paisagem, que podem ser utilizados para o uso turístico: a terra, a água, a vegetação e as estruturas artificiais, acrescentando-se aqui o clima como um fator influenciador do uso turístico. Para o autor, o resultado final da combinação dos componentes abióticos, bióticos e antrópicos, transformam locais em lugares únicos e, conseqüentemente, podendo ser transformados em oferta turística.

Algumas unidades de conservação podem ser áreas para o desenvolvimento do segmento ecoturístico, mas este uso deve ser antes de tudo, controlado, uma vez que sabe-se da fragilidade do ambiente com relação aos seus componentes natural, econômico e sócio-cultural.

Os moradores locais, por sua vez, têm seus processos cognitivos e perceptivos influenciados pelos fatores positivos, como por exemplo, o trabalho, renda extra, o conforto; mas também negativamente, como a perda de privacidade, verem seus (considerados) bens de uso se transformando em mercadorias à disposição dos visitantes. E estes fatores passariam por ajustes à medida que o turismo local vai adquirindo maiores proporções, recebendo uma resposta passiva da comunidade por, muitas vezes, falta de informação suficiente (XAVIER, 2003 *apud* PINHEIRO, 2004).

Os guias e condutores locais do Jalapão podem ser vistos sob esta ótica, pois por viverem, em sua maioria, na própria comunidade receptora e por atuarem diretamente com o turista podem influenciar diretamente na conservação e gestão da área estudada. Daí, a importância de se analisar a relação dos guias ou

condutores locais e sua conduta profissional para com o ambiente e o turismo local.

Mais do que importante, é fundamental que a atividade turística, através do visitante, respeite a comunidade local e valorize sua cultura. Da mesma forma, o morador deve respeitar as particularidades de cada visitante. Pinheiro (2004) frisa que o respeito mútuo entre estes agentes (morador/turista) elevará a auto-estima dos envolvidos facilitando a conservação do meio natural e cultural.

Outro ponto que merece ser destacado neste trabalho é a carga de influências que o turista continua recebendo posteriormente à sua visita a uma localidade turística, uma vez que elementos como as lembranças relatadas a outrem, ou ainda, através das imagens fotográficas, o farão reativar as emoções vividas em uma determinada localidade. Sontag (1981) *apud* Palma (2007, p. 2) afirma que: “a fotografia tornou-se um dos principais instrumentos capazes de nos fazer conhecer determinada experiência, dando-nos a impressão de dela participar”. Para o autor, a fotografia funciona como coleção de ‘provas’ ou ‘troféus’ de uma determinada viagem que implica em um conhecimento indireto de um local.

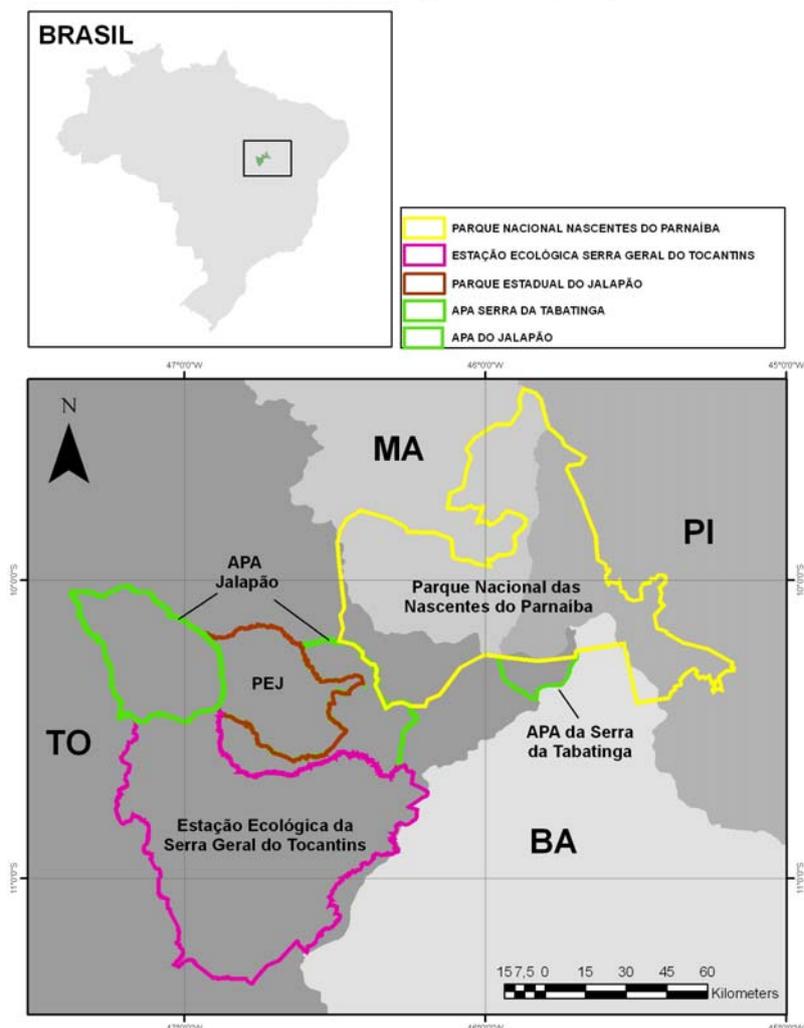
O Jalapão

O Estado do Tocantins está localizado na região norte do Brasil, em uma zona de transição entre grandes ecossistemas: a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal.

A região do Jalapão, no leste do Estado do Tocantins, compreende uma área espacial de 53,3 mil Km², que faz divisa com os estados do Maranhão, Piauí e da Bahia. Desta área total, 34,1 mil Km² encontram-se dentro do Estado do Tocantins. Possui uma baixa densidade populacional (entre 0,3 e 0,7 hab./km²).

As Unidades de Conservação que encontram no PEJ um importante elo de conexão são Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins (716 mil hectares), Área de Proteção Ambiental do Jalapão (467 mil hectares), Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga e Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba (quase 730 mil hectares). O conjunto de UC's do Jalapão forma uma das maiores regiões de Cerrado sob proteção (SCHMIDT, 2005).

Localização do Mosaico de Unidades de Conservação do Jalapão



Mapa 1 – U.C.'s do Jalapão.

Fonte: NEATUS / UFT. Elaborado por: Bruno Machado Carneiro. Data: 12/05/2008.

A região do Jalapão reúne quatro tipos de paisagens, sendo o platô, as encostas, as áreas planas baixas e as paisagens de veredas. Na primeira, são observadas as serras tipo mesa, e a fauna de grande porte é mais bem visualizada devido à vegetação do tipo campo sujo e campo limpo. Nas encostas, os declives das vertentes são maiores e os solos mais rasos, apresentando afloramentos rochosos e com muitas nascentes como as dos rios Parnaíba, dos afluentes do Rio São Francisco e do Tocantins. A desnudação contínua, somada a um processo geológico de anos, devido ao neossolo quartzarênico, provoca a modelação do Jalapão. Nas planícies, áreas planas e baixas, a vegetação é relativamente aberta.

Sobre os recursos hídricos, a região é atravessada por diversas sub-bacias. A bacia do rio do Sono, incluindo as sub-bacias dos rios Perdida, das Balsas e do rio Manuel Alves da Natividade, distribuem-se territorialmente pela porção leste do Estado do Tocantins e a região do Jalapão. A área comporta boa parte das nascentes dos principais tributários do rio Tocantins, que aumentam o caudal do mesmo, alimentando o sistema hídrico do médio e baixo Tocantins (SEPLAN, 2003).

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ), criado pela Lei Estadual n^o 1.203 de 12 de janeiro de 2001 e com área de 158.885,5 hectares, pertence à categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, objetivando “a preservação dos recursos naturais da região” (SEPLAN, 2003: 8), limitando, assim as formas de exploração do local, permitindo apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios. Restringindo-se apenas ao município de Mateiros, o acesso ao PEJ partindo de Palmas/TO é feito, principalmente, por dois caminhos, ao sul, via Porto Nacional e Ponte Alta do Tocantins, ou ao norte, via Novo Acordo e São Félix (SEPLAN, 2003).

A região possui diversas sub-bacias que vão desembocar no Rio Tocantins, entre elas a Bacia do Rio Sono, que contrasta com o aspecto árido do Cerrado. (SEPLAN, 2003). O resultado destes contrastes é uma imensidão semi-árida recortada por águas límpidas, apresentando um forte potencial turístico, reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como ponto turístico do Brasil, incluído no Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR) (SANTOS, 2007).

Em relação aos impactos ambientais, Ferreira (2007) desenvolveu uma análise através do método do “Limite Aceitável de Câmbio (LAC)”, que vêm ocorrendo nos atrativos e acampamentos utilizados intensamente. Foram analisados aspectos biofísicos, como, por exemplo, quantidade de lixo, raízes expostas e árvores danificadas. Os principais impactos observados foram erosão do solo, abertura de vias de acesso aos atrativos, degradação da vegetação, lixo deixados nos atrativos.

Resultados e discussões

Observação in loco

A observação *in loco* ocorreu em duas saídas programadas de roteiros turísticos de operadoras que atuam no local: uma regional, sem parceiros nacionais, e a outra que possui parceria institucional e atua com grupos de maior porte na região. Este estudo tem cunho acadêmico, desta forma, serão preservados os nomes das empresas, dos profissionais e dos turistas que participaram do roteiro como forma de assegurar a dignidade e integridade dos indivíduos, princípio básico previsto na Resolução 196/96 Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O primeiro roteiro ocorreu em janeiro de 2007 durante dois dias de visita aos principais atrativos turísticos da região. Durante todo o roteiro, apesar de não ter sido feito nenhum trabalho de educação ambiental com o grupo, o guia se mostrou preocupado com os dejetos produzidos tanto pelo grupo, como também, por outras pessoas que visitavam os atrativos. Além disso, se mostrou preocupado com os impactos ambientais perceptíveis na região, como por exemplo, o assoreamento que ocorre na Cachoeira Suçupara.

O segundo roteiro ocorreu no período do carnaval de 2007 durante cinco dias em visita aos principais atrativos turísticos da região. No roteiro realizado observou-se que, além do guia de turismo ter informado que estávamos nas limitações de um Parque Estadual e explicar o porquê da criação do parque, foi também esclarecido que no mesmo local havia uma Área de Proteção Ambiental (APA) e a Estação Ecológica com intuito de preservação da biodiversidade local. Além disso, quando perguntado sobre a fauna e flora do local, o profissional demonstrou propriedade sobre o assunto, citando alguns animais na região, bem como, mostrando as plantas que a comunidade utiliza com fins medicinais, apresentando ainda, alguns mitos presentes na região, como por exemplo, o mito do diamante no Fervedouro, valorizando assim a cultura regional.

O guia mostrou-se preocupado com os impactos ambientais adversos presentes na região, como por exemplo, a erosão no atrativo Fervedouro, citando que este impacto decorreu-se ao acesso de veículos ao local e que hoje não é mais permitido. Inclusive, neste atrativo, o guia coordenou a entrada gradativa dos turistas ao local, respeitando a limitação do acesso, conduta esta respeitada e elogiada pelos turistas.

Um fato interessante comentado por um dos turistas foi quanto à quantidade de águas encontradas no roteiro. Segundo ele, *“Quando ouvia falar no deserto do Jalapão, eu imaginava não ter águas, mas depois que cheguei, percebi que o deserto, não é pela imensidão dessa areia, mas o deserto demográfico”*. Este relato demonstra que a imagem vendida do Jalapão pelos veículos de comunicação pode estar equivocada.

Seja no acampamento ou em cada visita a algum atrativo havia o cuidado com os dejetos produzidos no local, havendo uma coleta e, segundo os responsáveis pelo roteiro, o lixo não-orgânico seria levado de volta a Palmas.

Além disso, foram realizadas atividades de orientação de conduta em alguns atrativos, tais como: cuidado em seguir na trilha já aberta, cuidado com lixo produzido, entre outros, além de, no próprio veículo da empresa, possuir um folheto explicativo com algumas regras, que apesar de não ter sido explorado pelo guia, estava disponível aos turistas, sendo, portanto, uma forma de educação ambiental.

Apesar destas orientações, em um dado momento, um dos turistas retirou uma espécie nativa com intuito de plantá-la em sua cidade de origem. O guia,

percebendo o fato, não tomou nenhuma atitude, o que demonstra ainda que, esta omissão, não condiz com a atitude esperada destes profissionais.

Percepção ambiental do turista

Através de questionário semi-estruturado foram feitas entrevistas com os turistas que visitam a região nos meses de junho, julho e agosto. Nesta etapa foi investigado o perfil do entrevistado, se ele estava ou não visitando a região acompanhado de guia ou condutor de turismo, qual o conceito de meio ambiente segundo Sauv e *et al.* (2000 *apud* FIORI, 2006), se ocorreu alguma atividade de educa o ambiental no roteiro, que tipo de impacto ambiental era percebido pelos visitantes, como ele via o Jalapão e se houve alguma mudança após o roteiro.

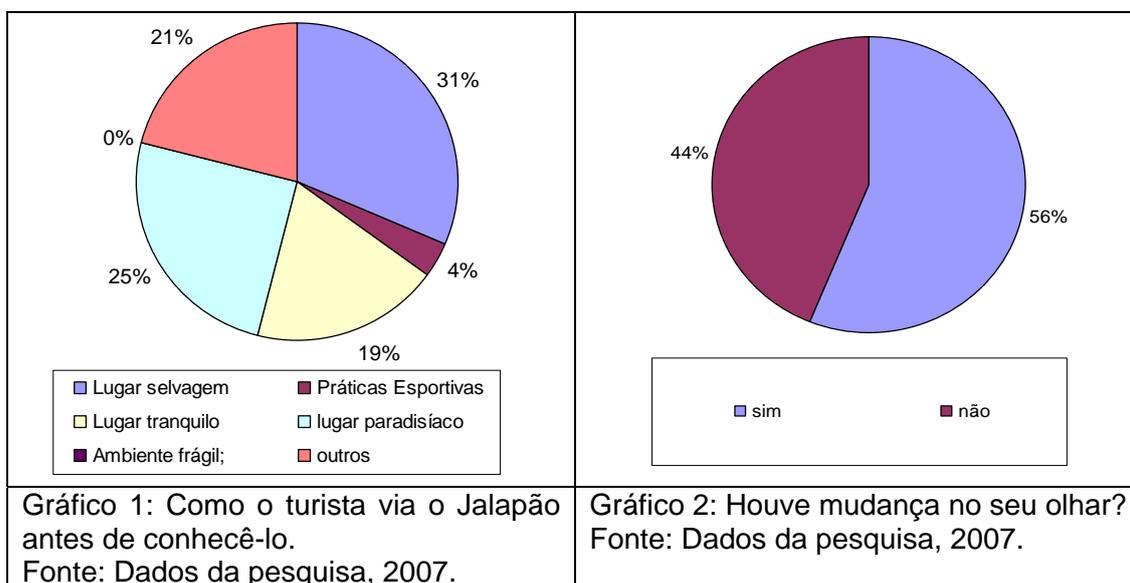
Os dados apontaram que a maioria dos visitantes está na faixa etária acima dos 31 anos de idade, com uma parcela significativa entre os 31 e 40 anos de idade. Houve uma preocupa o em se manter um número equilibrado do g nero dos entrevistados. Houve um número maior de visitantes de fora da região, predominantemente da região de São Paulo.

A grande maioria dos entrevistados visitava a região pela primeira vez, o que contribui para o enriquecimento dos dados, uma vez que se p de observar a mudança no olhar do turista antes e depois de sua visita. Outro dado apresentado foi quanto ao tamanho do grupo em que viajavam os entrevistados. Mais da metade dos entrevistados visitava em grupos com mais de cinco pessoas.

Apesar de não se buscar um equilíbrio entre os entrevistados que visitavam o Jalapão com ou sem guia/condutor de turismo, as respostas mostraram que h  este equilíbrio, posto que pouco mais da metade (54%) visita o Jalapão acompanhado deste profissional, mas ainda   grande o número de turistas que fazem visitas desacompanhadas do guia/condutor. Aos que visitavam a região sem auxílio do profissional, foi perguntado como eles estavam se guiando. Da mesma forma, houve um equilíbrio nas respostas, destacando-se: 17% utilizam mapas; 20%, informa es de amigos ou se faziam acompanhar por amigos que conheciam a região; 17% se guiavam através de informa es fornecidas pelos moradores; e 11% se orientavam através de "outras formas", tais como reportagens da região ou por informa es dos outros turistas que visitavam o local.

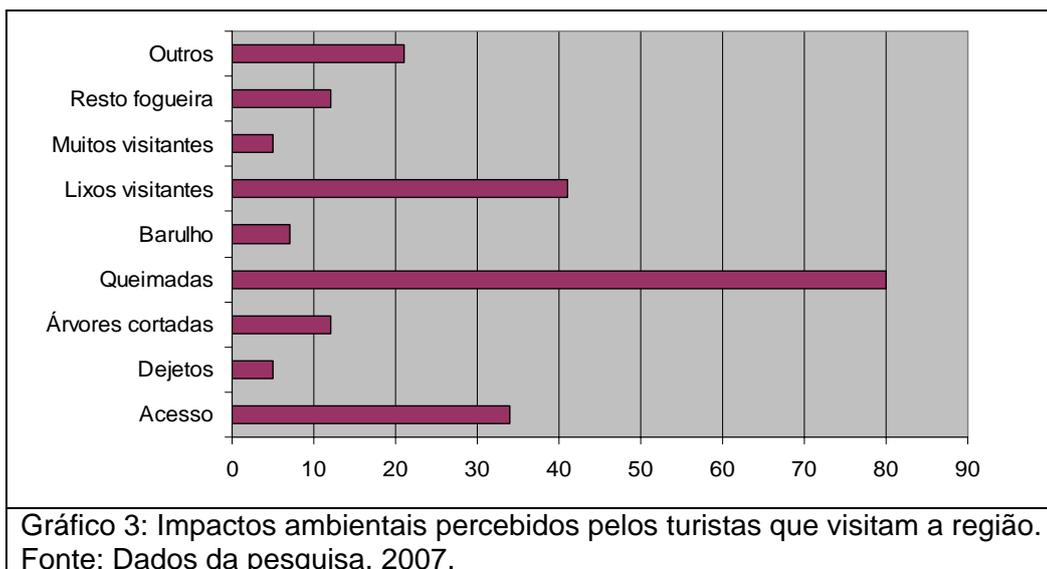
Como pode se notar no Gráfico 1, quando perguntado aos turistas como imaginavam o Jalapão antes de conhecê-lo, houve um equilíbrio entre três respostas, tais como, lugar selvagem (31%), resposta justificada pelos entrevistados pela falta de informa es sobre a região, o que os levou a relacionarem o lugar como pouco explorado; um lugar paradis ico (25%), resposta influenciada pelas fotos vistas em *folders*, ou sites de operadoras ou ainda, pelas fotos de amigos que l  estiveram. Os restantes (21%) responderam a op o "outros", a maioria imaginava encontrar s  areia, deserto, poeira, ou ainda

correlacionava Jalapão com capim dourado; sendo que alguns imaginavam os atrativos mais próximos uns dos outros.



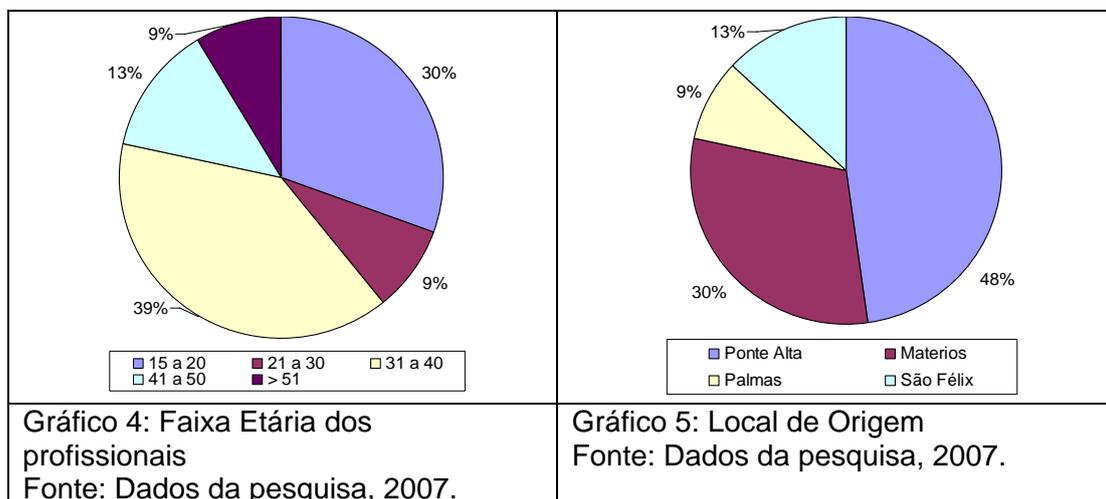
O que deve ser destacado nestas respostas é que, quando questionados sobre se houve alguma mudança no olhar, a maioria (56%) respondeu afirmativamente (Gráfico 2), atribuindo as mudanças principalmente ao fato de encontrarem mais recursos hídricos do que imaginavam ou ainda por considerarem as distâncias longas demais. Isto pode levar a crer que a imagem do ambiente Jalapão tem sido trabalhada de uma forma equivocada, induzindo os potenciais turistas a criarem uma imagem diferente do que realmente é.

Conforme dados do Gráfico 3, foi perguntado também se eles percebiam algum tipo de impacto ambiental na região, ao que 89% responderam afirmativamente. Destes, 36% citaram as queimadas (sendo preciso considerar que as entrevistas foram realizadas em períodos que apresentam maior índice de focos de queimadas por ser um período de seca); 19% citaram lixo deixados pelos visitantes; 16% destacaram acessos com erosão ou a criação de trilhas secundárias e “outros impactos”, tais como, passarela construída na Cachoeira da Velha, ou lixo da comunidade sem a coleta adequada e bem como, a prática agrícola na região.



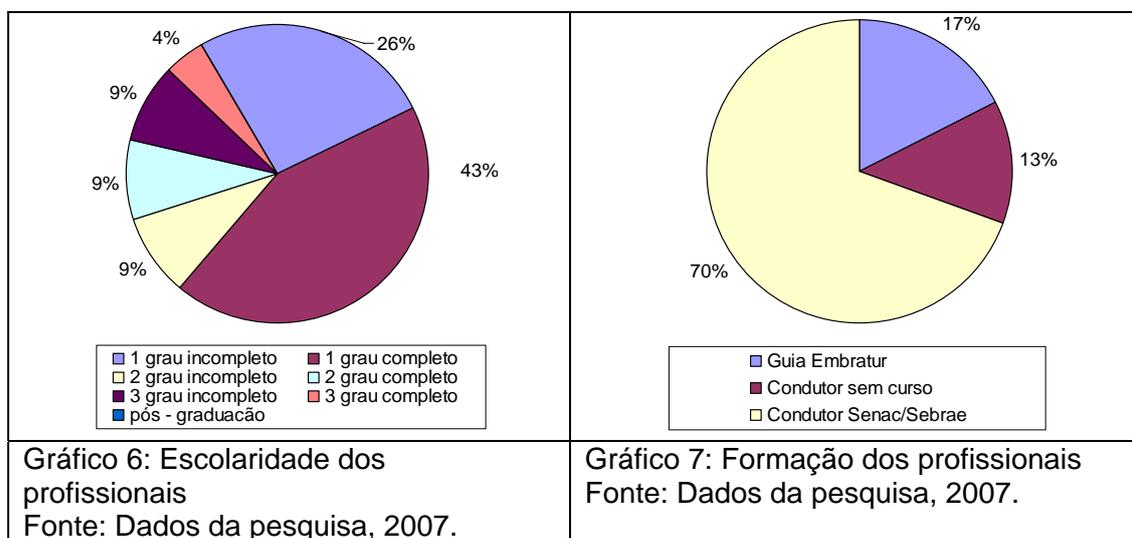
Percepção dos guias e dos condutores de turismo

Os profissionais possuem, em sua maioria, idade entre 15 e 40 anos, são do sexo masculino (74%) e quase a metade dos profissionais reside em Ponte Alta do Tocantins (48%). Este último dado deve-se ao fato de a cidade ser considerada o portal de entrada do Jalapão, sendo um dos meios de acesso mais utilizados pelos turistas, gerando, inclusive, conflitos entre guias e condutores de cidades como Mateiros e São Félix, que afirmam que os turistas já chegam a cidade acompanhados, deixando de contratar os serviços em suas localidades.



Outro dado importante é, conforme pode ser notado no Gráfico 6, mais da metade dos profissionais estudaram até o 1º grau (69%), o que demonstra uma baixa escolaridade dos guias e condutores de turismo. Além disso, 74% deles estão atuando há menos de um ano (Gráfico 7), tempo este que pode ser

considerado pouco para atuação de um profissional, apesar de a grande maioria ser da região e já conhecer os atrativos.



Ao ser investigado qual era a formação que os guias ou condutores tiveram para exercer a profissão, a grande maioria (70%) afirmou ter feito o curso de condutor ambiental dado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ou o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); somente 17% são guias regionais cadastrados no Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR atual Ministério do Turismo) e 13% não possui nenhum curso especializado.

Foi perguntado aos guias o porquê de se transformar uma determinada área em um Parque Estadual. A grande maioria respondeu que o parque serve para preservação da natureza, mas poucos souberam responder como seria possível ocorrer esta preservação, sendo que alguns acreditam ser possível através da fiscalização. Apenas um guia citou que é possível se conservar os sítios através de orientação no decorrer do roteiro. Outro respondeu que “sendo parque as pessoas se interessam mais em pesquisar o local e descobrir novas coisas” (fala atribuída a um dos guias de turismo). Outras respostas isoladas, mas contundentes, foram dadas, como, por exemplo, “ficou muito ruim para nós moradores, pois agora não podemos mais criar gado” (fala atribuída a um dos guias de turismo entrevistados), ou reclamaram da pouca fiscalização realizada no parque. Alguns ainda alertaram para o fato de que até aquele momento, nenhum dos proprietários dos atrativos tinham sido indenizados, fato este que, para eles, não tem contribuído para a preservação do local, pois não é interesse dos proprietários dos atrativos preservar ou limitar o acesso, por exemplo.

Atuação dos guias e condutores de turismo

Foi discutido também como os guias e condutores de turismo estão trabalhando os atrativos que fazem parte dos seus roteiros e que estão dentro do parque. Para isto, foram apresentadas fotografias dos locais mais visitados e foi pedido que cada um mostrasse como eles apresentam o local para o turista que eles acompanham, dizendo as principais informações e recomendações repassadas.

Percepções quanto aos impactos ambientais

Quando mostrada a foto do carro parado em local inadequado na Cachoeira do Formiga, 52,2% dos entrevistados perceberam que o veículo estava inadequadamente posicionado, sendo que um deles comentou que é uma situação difícil de se controlar porque os atrativos estão em propriedade particular, ao passo que 47,8% dos profissionais não perceberam nenhum tipo de impacto ambiental, associando a foto apenas à beleza do local.

Na outra foto em que se mostra uma paisagem da Cachoeira da Velha e o fogo atingindo a vegetação, 56,5% dos profissionais perceberam a queimada, sendo que a grande maioria ligou o fato às queimadas que sempre ocorrem na região; 8,7% correlacionaram a imagem a queimadas provocadas pelo homem, e apenas 8,7% atribuíram o fogo como sendo de origem natural. Mas 43,5% dos entrevistados não perceberam qualquer tipo de impacto, destacando novamente apenas as belezas naturais vistas na foto.

Ao apresentar as fotos indicando excesso da capacidade de carga nos atrativos Fervedouro e Cachoeira da Formiga, 34,8% dos guias e condutores de turismo não perceberam o excesso de pessoas nos atrativos. Dos quinze profissionais que disseram observar algum tipo de impacto negativo, 21,7% perceberam o excesso de capacidade de carga nos dois atrativos; 26,1% perceberam somente no Fervedouro, e 17,4%, somente na Cachoeira da Formiga, sendo que um dos profissionais frisou que, *“somente no ‘olho’ [do Fervedouro] é que não pode”*.

Nas fotos que mostram o paredão das Dunas cedendo, 43,5% dos guias/condutores atribuíram o evento ao fato de haver homens descendo o paredão, como mostra a foto; 34,8% dos profissionais atribuíram a ocorrência ao efeito da chuva; 8,7% disseram ser fato natural, afirmando que *“o paredão quebra assim mesmo”*; 8,7% correlacionaram o fato ao efeito dos ventos, e 4,35% não percebeu nada de diferente (vide Tabela 2).

Tabela 2 – Percepção dos impactos ambientais

Impacto		Percebido	Não-percebido
Carro na Cachoeira do Formiga		12	11
Foto na Cachoeira da Velha		13	10
Capacidade de carga	Fervedouro e Formiga	5	18
	Fervedouro	6	17
	Formiga	4	19
Dunas com paredão cedendo	Homem descendo	10	13
	Chuva	8	15
	Fato natural	2	21
	Vento	2	21

Fonte: Dados da Pesquisa, 2007.

Ambiente construído e ambiente natural

Pediu-se ainda que falassem sobre suas impressões sobre a construção da passarela na Cachoeira da Velha. A maioria dos profissionais (60,9%) se mostrou a favor da construção da passarela. Deste valor, apenas 28,5% consideram que será melhor para evitar pisoteio na vegetação. Os demais acreditam que dará mais infra-estrutura para o turista e facilitará a visitação.

Do número total de profissionais entrevistados, 39,1% são contra a construção, uma vez que prejudicará a paisagem natural procurada pelo turista nestes roteiros, ou ainda, porque causa um impacto visual na paisagem, sendo que um deles descreveu que, da forma que está ocorrendo, não teria mais aventura no roteiro.

Operação turística no PEJ

Quando perguntados sobre a sinalização turística, 56,5% dos entrevistados se posicionaram contra a sinalização, considerando-a como prejudicial ao trabalho do guia, pois, para eles, a sinalização retira o guia do roteiro turístico. Os demais que se posicionaram a favor acreditam que algumas informações só o condutor pode passar, ou ainda, os que disseram que a placa informa, mas o guia orienta, por exemplo, sobre os possíveis perigos existentes no roteiro. Um dos guias ainda destacou que as poucas placas que estão no roteiro estão sendo arrancadas ou depredadas por alguns profissionais de turismo.

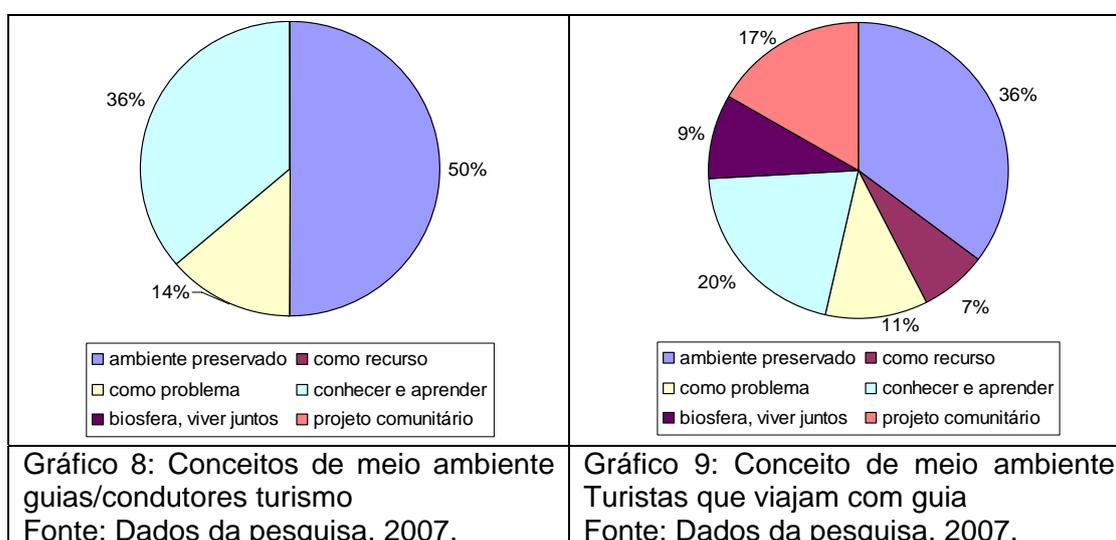
Quanto ao trabalho realizado pelas operadoras, 34,8% dos profissionais se posicionaram a favor da operação turística, acreditando principalmente que as operadoras geram economia na região, fazendo sua parte social. Um dos profissionais destacou que a atuação é positiva (4,3%), mas que deveria haver um acompanhamento maior por parte dos órgãos de fiscalização. Para os que se posicionaram contra, as principais justificativas foram que as operadoras deixam pouca renda para a população local ou que poucas ações de fiscalização são observadas. Três pessoas (13%) citaram, ainda, que o peso do caminhão

utilizado pelas operadoras de turismo pode ocasionar algum tipo de impacto negativo no solo.

Comparação das Percepções

Os guias/condutores de turismo e os turistas

Foram apresentadas aos turistas e aos profissionais de turismo entrevistados seis fotos do Jalapão com as frases dos conceitos de meio ambiente elaboradas por Sauv e *et al.* (2000, *apud* FIORI, 2006), tendo sido pedido que escolhessem um dos conceitos que melhor representasse o ambiente Jalapão, levando em considera o o que eles já haviam visto do local.



Quanto aos conceitos de meio ambiente dos turistas, houve uma predominância dos conceitos que reconhecem o meio ambiente como sendo “ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado” (37%), e “ambiente como lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar” (25%), como pode ser notado no Gráfico 8. Segundo Sauv e *et al.* (2000 *apud* FIORI, 2006), o primeiro conceito indica uma visão de natureza ‘pura’, do qual os seres humanos estão dissociados, que devemos apenas admirar e respeitar e com o qual devem aprender a relacionar-se. No segundo conceito, os autores classificam ambiente no cotidiano, na escola, na vizinhança, no trabalho e no lazer sem o sentido de pertencimento.

Segundo dados obtidos (veja Gráfico 9), a metade dos profissionais de turismo classificou meio ambiente como “Natureza que devemos respeitar e preservar”, enquanto 36% dos profissionais classificaram como sendo “Ambiente como lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar”. Quando questionados sobre o porquê da escolha, houve uma predominância das respostas “Para conservar o que temos”, e, “Preocup o para não acabar”.

Quanto à escolha do segundo conceito mais respondido, os guias responderam dizendo que “temos que conhecer a natureza ou também que precisamos aprender com a natureza”. Esta escolha pode ser justificada pelo fato de que uma vez que o guia ou condutor esteja bem habilitado, levará este conhecimento ou esta aprendizagem da natureza até o turista.

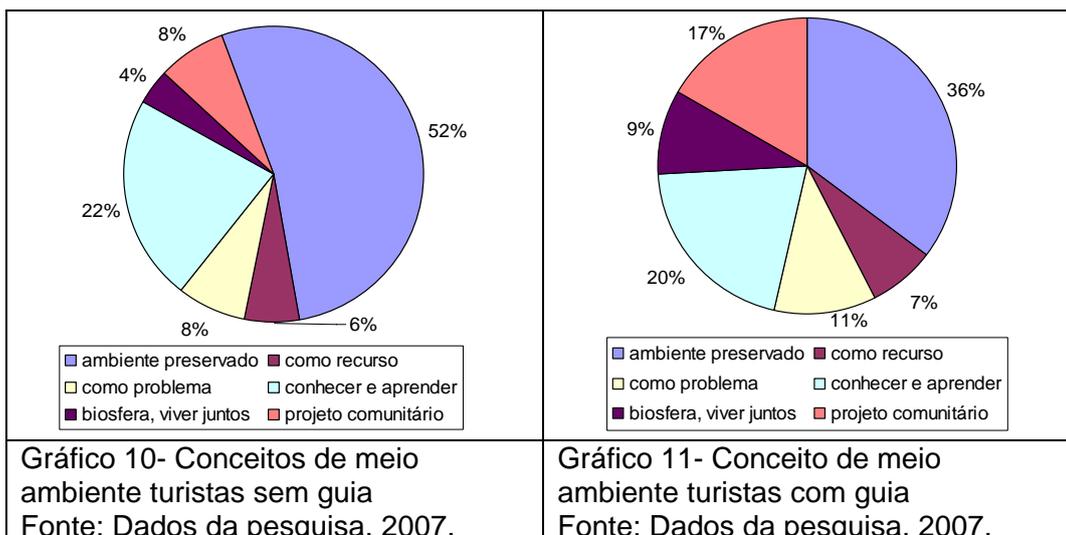
A partir do exposto, pode se verificar que, apesar de uma variação maior nas escolhas dos conceitos dos turistas, os guias podem estar influenciando a percepção dos turistas que visitam a região, uma vez que as duas respostas mais citadas foram as mesmas. Outro fato a ser analisado é a ausência do conceito “*Ambiente como projeto comunitário onde somos envolvidos*”, podendo indicar que os guias e condutores de turismo talvez se sintam excluídos dos processos de planejamento da região.

Quando questionados se realizavam alguma atividade de educação ambiental, todos os guias e condutores entrevistados responderam que realizam atividades de natureza informativa, de modo discursivo, sendo que 66% dos profissionais entrevistados afirmaram que agem conforme orientações recebidas nos cursos realizados por eles. Segundo eles, 87% dos turistas recebem as orientações de forma positiva.

A mesma pergunta foi feita aos turistas que estavam acompanhados pelo guia e 48% disseram que não tiveram nenhuma orientação durante o roteiro. Considera-se um número alto, uma vez que quase metade dos visitantes não recebeu instruções, considerando-se assim que os profissionais de turismo entrevistados devem ser despertados quanto à importância de realizarem orientações neste sentido.

Turistas com e sem guias/condutores de turismo

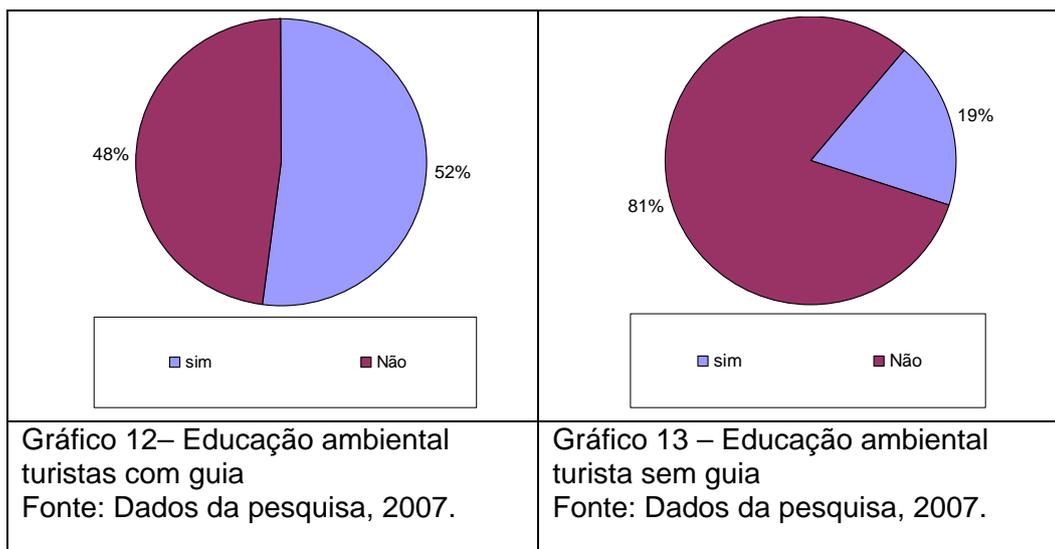
Foi apresentado igualmente aos turistas que viajam acompanhados por guia e os que viajam sem guia, seis fotos do Jalapão com as frases dos conceitos de meio ambiente elaborados por Sauv e *et al.* (2000 *apud* FIORI, 2006) e, da mesma forma, foi pedido que escolhessem um dos conceitos que melhor representasse o ambiente Jalapão, levando em consideração o que eles já haviam visto do local.



Conforme pode ser notado no Gráfico 10, quanto aos conceitos de meio ambiente dos turistas que viajam sem guia houve uma grande prevalência do conceito que reconhece meio ambiente como sendo “*Ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado*” (52%). Outro conceito citado foi “*Ambiente como lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar*” (22%). Como visto anteriormente, para Sauvé et al (2000 apud FIORI, 2006) o primeiro conceito indica uma visão de natureza ‘pura’, da qual os seres humanos estão dissociados, que devemos apenas admirar e respeitar e com o qual devem aprender a relacionar-se. No segundo conceito, os autores classificam ambiente como sendo o do cotidiano, na escola, na vizinhança, no trabalho e no lazer, sem o sentido de pertencimento.

A partir do exposto, pode-se perceber que, apesar de uma varia o maior nas escolhas dos conceitos dos turistas, os guias podem estar influenciando a percep o dos turistas que visitam a região, uma vez que as duas respostas mais citadas foram as mesmas.

Quando questionados se receberam alguma orienta o ambiental, conforme dados apresentados nos Gráficos 22 e 23, 81% dos turistas que visitavam sem o acompanhamento de guia disseram que não receberam nenhum tipo de informa o quanto   conduta no sítio, 19% disseram que receberam orienta o dos fiscais do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). Se comparados com os turistas acompanhados com guia ou condutor, pode-se observar que, apesar de ainda haver um grande número de guias e condutores que não orientam ambientalmente os turistas durante o roteiro, a maioria dos profissionais trabalha a temática ambiental durante as suas saídas.



Quando perguntados se os turistas viam a necessidade do guia ou condutor, a grande maioria daqueles que vieram acompanhados deste profissional sinalizou ser importante a presença (89%), justificando que os guias ou condutores auxiliam na fiscalização ou os orientam sobre condutas, as longas distâncias ou ainda tiram dúvidas dos turistas sobre o local. Desse mesmo grupo, seis pessoas responderam não acharem necessária a presença do guia, sendo que apenas estavam acompanhados de guia por não possuírem carros apropriados.

Dos turistas que estavam sem o acompanhamento de guias ou condutores, os resultados mostraram um fato relevante. Dos turistas entrevistados, 53% responderam que a presença do guia era necessária, justificando a não-contratação dos profissionais em seus roteiros pelo fator financeiro, apesar de alguns turistas sem guia afirmarem que deveria ser recomendado, mas não obrigatório. Apenas seis pessoas deste grupo correlacionaram a importância dos guias com a educação ambiental que eles podem oferecer ou inibição de ações negativas, sendo que as demais atribuíram a importância ao fato de conhecer melhor a fauna e flora, ou por orientá-los melhor nas longas distâncias dos atrativos. Os turistas que não acham necessária a presença do guia consideraram que os profissionais pouco acrescentam no roteiro, seja porque o local dispõe de boa sinalização ou ainda porque consideram que as informações na *internet* já são suficientes.

Considerações Finais

A representação ambiental veiculada na comercialização dos produtos turísticos do Jalapão tem gerado uma indução imaginária de “deserto”, “paraíso”, “tranqüilidade” nos turistas que visitam o PEJ. Isto tem gerado uma expectativa no turista, que depois é percebida diferentemente do que lhe foi apresentado.

Outro dado a ser considerado é o tipo de turismo que as operadoras estão oferecendo em seus roteiros. Se os dados da pesquisa forem analisados levando-se em consideração as diferenças conceituais apresentadas neste trabalho feitas por Machado (2005), acredita-se que tem se oferecido um turismo de natureza, sendo equivocadamente chamado de ecoturismo, por se tratar de uma visita pura e simples ao espaço natural, não havendo o envolvimento da comunidade local e nem a preocupação efetiva com o mínimo impacto na utilização do ambiente, como também, um turismo de aventura com uma busca na superação de seus próprios limites.

A pesquisa ainda revelou algumas condutas inadequadas, tais como a pouca orientação ambiental dos turistas nos seus roteiros, pois ao passo que todos os guias e condutores dizem realizar alguma atividade de educação ambiental, 48% dos guias relataram não terem sido orientados quanto: a condutas apropriadas; ao conhecimento sobre fauna e flora (percebido em um dos roteiros da observação *in loco*); a falta de atitude ao se deparar com situações conflituosas, tais como, o turista retirando uma planta nativa da região, dentre outras. Analisando os dados anteriores comparativamente com as considerações de Serrano (2000), quando afirma que os guias/condutores são elementos fundamentais para uma mudança de atitude do visitante em relação ao ambiente, considerando-o como um possível instrumento de educação ambiental, conclui-se que as atividades de educação ambiental, quando realizadas pelos guias e condutores, ainda são pouco efetivas, considerando assim que a prática ecoturística no PEJ ainda é incipiente, ao pensar-se ecoturismo segundo os preceitos da *Ecotourism Society apud* Lindberg e Hawkins (1999) : “*visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local*”.

Apesar desta constatação, um fato deve ser considerado, mesmo que pouco efetivamente, os guias e condutores de turismo contribuem para a orientação ambiental local, pois ao se comparar o número percentual de turista que receberam orientação no decorrer da visitação (52% dos turistas com guia receberam e apenas 19% dos turistas sem guia), conclui-se que, apesar de pouco efetivas as ações ambientais educativas podem contribuir para a conservação local.

Tendo as classificações de meio ambiente elaboradas por Sauvé *et al.* (2000 *apud* FIORI, 2006) como um parâmetro de representação ambiental, tanto os guias quanto os turistas entrevistados (acompanhados ou não do profissional) possuem uma visão de meio ambiente que dissocia o homem da natureza, criando uma lacuna a ser preenchida. A partir disso, é importante reconstruir o sentimento de pertencimento, e, através da educação ambiental, explorar os vínculos existentes entre homem e natureza. Sato (2001) sugere, então, que sejam realizadas atividades de sensibilização e imersão de modo que se percebam parte do meio.

Um dos pontos que deve ser ressaltado é que, apesar dos profissionais hoje não atuarem de maneira eficaz de forma a contribuírem para a conservação ambiental do PEJ, eles podem vir a ser agentes multiplicadores e

transformadores, auxiliando na fiscalização e monitoração ambiental da área da UC. Para que isto ocorra, novas ações educativas devem ser tomadas de forma a auxiliar na manutenção das belezas naturais presentes na região.

Referências

ANTÔNIO, D. G.; GUIMARÃES, S.T.L. Água: sua representação oceânica e fluvial. **Revista OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, Ano VII, v. 7, n.1, p. 926-931. Rio Claro, SP, Maio/2007.

BRASIL, Casa Civil. **Lei n. 8.623, de 28 de janeiro de 1993**. Regulamenta a profissão de guia de turismo. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8623.htm>> Acesso em: 13 de novembro de 2007.

CASTELLO, L. Environmental psychology and environmental policy: strategies for the construction of the future. **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, v.16, n.1-2, p.223-236, 2005.

CONTI, J. B. Ecoturismo: paisagem e geografia. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

FERREIRA, M.N.; REIS, E.S.; ADORNO, L.F.M. Caracterização dos impactos do uso público no Parque Estadual do Jalapão. In: **V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 2007, Foz do Iguaçu. Anais do V Congresso Brasileiro de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário, 2007.

FIORI, A. **Percepção ambiental como instrumento de apoio de programas de educação ambiental da Estação Ecológica de Jataí, (Luiz Antônio, SP)**. 2006. 130 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2006.

FRANCO, A.C.; MARQUES, P.G.; SANTOS, S.; ARAÚJO, T.; OLIVEIRA, M.A.A. O monitor e o guia de ecoturismo: um conflito ou uma parceria? **Revista Unibero de Turismo e Hotelaria**. 2003. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_cadpcientur_mar03.asp> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

HANAI, F.Y; SILVA-NETO, J.P. Instalações ecoturísticas em espaços naturais de visitação: meios para propiciar a percepção e a interpretação ambientais. **Revista OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, Ano VI, v. 6, n. 2, p. 200-223. Dez-2006.

IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LINDBERG, K; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 1999.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável**. A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005.

MATAREZI, J. Despertando os sentidos da educação ambiental. **Revista Educar**. Curitiba, n. 27, p. 181-199, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **A fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, W. **Capacitação de profissionais**. v. 3, Série Ecoturismo. Viçosa: UFV, 2000.

MUSA, C.I. **Meio ambiente e religião: uma leitura a partir das denominações religiosas cristãs da sub-bacia do Ribeirão Araranguá**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins. **Unidades de Conservação no Estado do Tocantins**. Disponível em: <www.to.gov.br/naturatins/modulos/protintegral/index.php>. Acesso em: 19 de janeiro de 2008.

NEATUS – Núcleo de Estudos Estratégicos e Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável. **Relatório Final do Projeto Turismo no Parque Estadual do Jalapão**. Palmas, 2007.

OLIVEIRA, L. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

PALMA, D. **Fotógrafos viajantes, mediação e experiência**. XVI Encontro da Compos, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Jun. 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_200.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

PALMA, I.R. **Percepção Ambiental dos usuários em relação ao Parque Farroupilha**. Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://giga.ea.ufrgs.br/Artigos/Parque%20Farroupilha.PDF>>. Acesso em: 31 de agosto de 2005.

PINHEIRO, E. S. **Percepção Ambiental e atividade turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Curso de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia. Curitiba, 2004.

SALES, A. M. M; ASSIS, L. F. Turismo e ensino de geografia: um diálogo possível. **Revista Geografia**, Londrina, v. 15, n.1, jan./jun. 2006.

SANTOS, E.G.; ARMOND, F.N.; NUNES, I.H.; SENNA, M.L.G.S.; PARENTE, T.; MORAES, P.B; RODRIGUES, W. Sustentabilidade e desenvolvimento local: a comunidade de Mumbuca e o turismo da região do Jalapão. **Revista OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 7; n. 3, p. 242-261, Dezembro, 2007.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2001, Rio Claro: UNESP, USP e UFSCar. **Anais...** 2001.

SAUVÉ, L.; BARBA, A.T.; SATO, M.; CASTILLO, E. **La educación ambiental: una relación constructiva entre la escuela y la comunidad**. Edamaz e Uqam, Montreal, Canadá, 2000.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, mai./ago. 2005.

SENNA, M.L.G.S. **Percepção e representação ambiental dos guias/condutores e dos turistas do Parque Estadual do Jalapão/TO, como fator influenciador da prática ecoturística**. 2008, 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2008.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Diagnóstico e Análise Preliminar do Potencial Ecoturístico da Região do Jalapão**, 2001. Disponível em: <www.seplan.to.gov.br> Acessado em: 15 de junho de 2006.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão – PEJ**, 2003. Disponível em: Disponível em: <www.seplan.to.gov.br> Acessado em: 15 de junho de 2006.

SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. (Coleção Tours).

SILVA, F.R.; FONTES, M.A.L.; LUTTERBACH, A. A.; SILVA JR., W. M. Guia didático para intérpretes/educadores da ‘Trilha do Lobo’ da Fundação Zôobotânica de Belo Horizonte-MG. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Campina Grande, Ano/vol. 6, n. 2, 2006.

SOUZA, M. R. A “fabricação do estranho” em antropologia e psicanálise (notas para um diálogo intertextual). **Revista Psychê**, São Paulo, Ano X, n. 19, set-dez/2006.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELOS, J. M. O. Interpretação ambiental. In: MITRAUD, S. **Manual do ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

Informações sobre os autores:

[1] Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna – <http://lattes.cnpq.br/1745769805611202>
Pedagoga, Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Professora Substituta da Universidade Federal do Tocantins.
Contato: mary.senna@uol.com.br

[2] Lúcio Flavo Marini Adorno – <http://lattes.cnpq.br/3907675985493595>
Geógrafo, Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Contato: adornolf@gmail.com

[3] Hilda Gomes Dutra Magalhães - <http://lattes.cnpq.br/2405216794510105>
Graduada em Letras, Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-doutora na Universidade de Paris III e na École des Hautes Études en Sciences Sociales/França; Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Contato: hildadutra@uft.edu.br